



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54^a LEGISLATURA**

**Em 19 de novembro de 2013
(terça-feira)
às 08h30**

PAUTA
43^a Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

Inclusão do Quadro de Avisos

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 63, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PLS 278/2011, que tramita em conjunto com o PLS 609/11, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; 2. Representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR; 3. Representante da Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo - Andep; 4. Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aerooviárias - SNEA; 5. Representante do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - IDEC.

Autoria: Senadora Ana Rita

Observações:

-O Requerimento foi lido na reunião do dia 15/10/2013 e está pronto para deliberação.

Textos disponíveis:

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
[Texto inicial](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 64, de 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada a senhora IDELI SALVATTI, ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o uso de helicóptero da Polícia Rodoviária, conveniado ao Samu, para se deslocar em visitas a Santa Catarina.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

Observações:

-O Requerimento foi lido na reunião do dia 15/10/2013 e está pronto para deliberação.

Textos disponíveis:

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
[Texto inicial](#)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 65, de 2013

Requer, nos termos regimentais, que seja incluída a pessoa do Sr. Synésio Batista da Costa, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais, na Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 56, de 2013, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir as denúncias feitas pelo Jornal O Globo na data do dia 18 de agosto do corrente ano, sobre suplemento alimentar.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Observações:

-O Requerimento foi lido na reunião do dia 29/10/2013 e está pronto para deliberação.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[Requerimento](#)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 67, de 2013

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a fim de debater o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); – Marco Antônio Martins, Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME); – Emilio La Rovere, Professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ; – Rômulo Sampaio, Coordenador do Centro de Direito do Meio Ambiente da FGV Direito Rio.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Observações:

-O Requerimento foi lido na reunião do dia 29/10/2013 e está pronto para deliberação.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[Requerimento](#)

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 70, de 2013

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão de Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor, seja realizada Audiência Pública para discussão sobre a “Navegação fluvial de passageiros na Amazônia” com a presença dos seguintes convidados: Capitão-de-Fragata Carlos Rodrigo Neves de Oliveira, Capitão dos Portos do Amapá; Almirante Ademir Sobrinho, Comandante do 4º Distrito Naval; Adalberto Tokarski, Superintendente de Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; Representante da Associação de Praticagem da Bacia Amazônica; Clécio Luis Vilhena Vieira, Prefeito de Macapá - AP; Robson Rocha Freires, Prefeito de Santana - AP; Bruno Manoel Rezende, Secretário de Transportes do Estado do Amapá.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Observações:

-O Requerimento da CMA nº 66, de 2013, de mesmo conteúdo deste requerimento, porém com algumas correções, foi lido na reunião do dia 29/10/2013. O presente requerimento é dado como lido e está pronto para deliberação.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

ITEM 6**AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2013****- Não Terminativo -**

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 136/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente às ações adotadas pela Anatel para viabilização da Copa do Mundo FIFA de 2014 (Gecopa), bem como identificar pontos de controle a serem considerados em futuras fiscalizações (TC 028.470/2012-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo conhecimento da matéria, pela autorização da inclusão de representante da Anatel na audiência pública para avaliar a situação da infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, aprovada no parecer do Aviso da CMA nº 24, de 2012, e pelo arquivamento do presente aviso

Textos disponíveis:

[Acórdão do TCU](#)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[Acórdão do TCU](#)

[Relatório](#)

ITEM 7**AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 4, de 2013****- Não Terminativo -**

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 210/2013 - TCU - Plenário, referente à realização de auditoria operacional pela ANATEL na execução dos contratos de serviços públicos de telefonia fixa e móvel, especificamente quanto aos mecanismos de cobrança dos usuários (TC-024.260/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela apresentação de requerimento para realização de audiência pública com o propósito de debater alternativas que capacitem o usuário do Serviço Móvel de Pessoal a gerenciar suas despesas mensais e auditar os valores cobrados por sua prestadora, e posterior arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 29/10/2013.

Textos disponíveis:

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[Acórdão do TCU](#)

[Relatório](#)

ITEM 8**MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2012****- Não Terminativo -**

Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei nº 12.465 (LDO-2012), de 12 de agosto de 2011, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 5º bimestre de 2012.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle](#)

[Relatório](#)

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2013

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para estabelecer a transparência e ampla publicidade do Cadastro das Empresas de Turismo e perda do acesso às linhas de crédito oficiais e ao Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR para os casos de infração aos direitos do consumidor e à legislação ambiental.

Autoria: Deputado Rogério Carvalho

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 29/10/2013.

-Aprovada, a matéria segue à CCJ.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

[Quadro comparativo](#)

[Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle](#)

[Relatório](#)

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, de 2013

- Não Terminativo -

Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Blairo Maggi

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto.

-Aprovada, a matéria segue à CCT.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
[Relatório](#)
Parecer aprovado na comissão
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
[Relatório](#)

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2012

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Matéria apreciada pela CRA, com parecer pela aprovação do projeto.

-A matéria será apreciada em decisão terminativa pela CAE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[Relatório](#)

ITEM 12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2009

- Terminativo -

Dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2-CCJ, de redação

Observações:

-Matéria apreciada pela CE, com parecer favorável ao projeto, e pela CCJ, com parecer favorável ao projeto com as emendas nº 1 e 2-CCJ, de redação.

-A matéria constou na pauta do dia 29/10/2013.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

[Avulso da matéria](#)

[Avulso de requerimento](#)

[Emendas apresentadas nas Comissões](#)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[Relatório](#)

[Relatório](#)

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2008****- Terminativo -**

Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1 a 3-CCJ, com uma subemenda a emenda nº 2-CCJ e duas emendas que apresenta, e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro

Observações:

-Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3-CCJ.

-Em 11/12/2008, foi oferecida uma emenda de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

-Em 13/06/2013, foi oferecida uma emenda de autoria do Senador José Agripino.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

[Avulso da matéria](#)

[Avulso de requerimento](#)

[Emendas apresentadas nas Comissões](#)

[Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania](#)

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

[Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle](#)

[Relatório](#)

[Relatório](#)

[Relatório](#)

[Relatório](#)

[Relatório](#)

[Relatório](#)

[Relatório](#)

[Relatório](#)

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

-Matéria apreciada pela CAE, com parecer pela prejudicialidade do projeto, e pela CRA, com parecer pelo arquivamento da matéria.

-Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

-A matéria constou na pauta do dia 29/10/2013.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

[Avulso de requerimento](#) (RQS 253/2011)

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Assuntos Econômicos

[Relatório](#)

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[Relatório](#)

QUADRO DE ANÁLISE PRELIMINAR DE AVISO				
AVISO (número do processado)	Origem	Descrição sintética das constatações e conclusões contidas no Aviso	Enquadramento nas hipóteses do art. 2º do Ato 02/2009-CMA	Proposta da análise preliminar
Aviso nº 1335/2013	TCU	Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 012.242/2013-6 (Acórdão nº 2745/2013-TCU-Plenário). O Acórdão cuida de auditoria, realizada pela SecobHidro, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, com foco no Edital RDC nº 232/2013-00, cujo objeto é a elaboração dos projetos básico e executivo, com posterior restauração, adequação e modernização do Porto de Manaus/AM, com vistas à Copa do Mundo de 2014.	V - o Aviso relata irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública, tendo os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotado todas as providências necessárias para o seu tratamento.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.
Aviso nº 224/2013	MME	Encaminha resposta ao requerimento de informações RQS nº 860/2013 (RMA nº 44/2013, na origem, de autoria do Senador Aníbal Diniz, que foi veiculado por meio de parecer aprovado na CMA ao AMA nº 12/2013). O Aviso informa sobre as medidas já adotadas e/ou por adotar, pela ANP, para atendimento às recomendações de nºs 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 do Acórdão nº 657/2013, do TCU.	VII - o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.
Aviso nº 1661/2013	TCU	Encaminha resposta a solicitação da CMA para que o TCU apure supostas irregularidades relacionadas à suspensão do atendimento de carrossipha no Município de Emas/PB, não obstante a transferência de recursos federais ao Governo do Estado da Paraíba para aquele fim específico. A solicitação foi efetuada por meio do RMA nº 38/2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo.	VII - o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.

Aviso nº 1413/2013	TCU	<p>Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 006.470/2013-0 (Acórdão nº 2926/2013-TCU-Plenário). O Acórdão cuida de relatório de monitoramento do cumprimento de determinações exaradas mediante o Acórdão nº 1864/2012-Plenário, por meio do qual o TCU apreciou o relatório do cumprimento das medidas indicadas nos Acórdãos 1.458/2005 e 2.109/2006, ambos do Plenário, no que tange à qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações das prestadoras dos serviços de telecomunicações com seus usuários.</p>	V - o Aviso relata irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública, tendo os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotado todas as providências necessárias para o seu tratamento.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.
Aviso nº 997/2013	TCU	<p>Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 040.431/2012-6 (Acórdão nº 2064/2013-TCU-Plenário). O Acórdão cuida de representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) acerca da fixação, para o exercício de 2013, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que tratam as alíneas "a", "b" e "d" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.</p>	VII - o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.
Aviso nº 1511/2013	TCU	<p>Encaminha cópia do despacho da Ministra-Relatora Ana Arraes (acompanhado dos Pronunciamentos da Unidade Técnica), que trata de Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 1986/2013-TCU-Plenário, proferido nos autos do processo de Representação nº TC-013.774/2012-3, referentes à "Operação Sanguessuga".</p>	VII - o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.

Aviso nº 1340/2013	TCU	<p>Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 019.516/2013-4 (Acórdão nº 2770/2013-TCU-Plenário). O Acórdão cuida de denúncia contra possíveis ilegalidades ocorridas no âmbito do Pregão eletrônico 18/2013, a cargo da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), ligada ao Ministério da Justiça, com vistas à aquisição de mobiliário não técnico para onze Centros Integrados de Comando e controle Regionais (CICCR) do Sistema Integrado de Comando e controle (SICC), a ser utilizado como principal ferramenta de segurança pública para a Copado Mundo FIFA de 2014.</p>	V - o Aviso relata irregularidades ou falhas pontuais, de alcance limitado ao caso concreto nele descrito e sem repercussão sobre a Administração Pública, tendo os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotado todas as providências necessárias para o seu tratamento.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.
Aviso nº 1445/2013	TCU	<p>Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 041.274/2012-1 (Acórdão nº 2969/2013-TCU-Plenário). O Acórdão cuida de consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2013 - Fiscobras 2013, em atendimento ao que dispõe o Art. 95, inciso II, da Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012.</p>	I - o Aviso relata irregularidades, falhas ou riscos de caráter amplo da Administração Pública, que recomendam o exame detalhado para fins de aperfeiçoamento da legislação ou a avaliação sobre a conveniência de destinar recursos orçamentários a programas, ações ou beneficiários específicos.	O Aviso será relatado.
Aviso nº 1524/2013	MS	<p>Encaminha resposta ao Requerimento de Informação nº 506, de 2013, de autoria do Senador Fernando Collor, que solicitou informação do Ministério da Saúde sobre o "cumprimento da recomendação registrada como item 2 do Acórdão 3016/2012 - TCU".</p>	VII - o conteúdo do Aviso não corresponde a nenhuma das hipóteses anteriores.	O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão por 7 dias.